
ICANN80 | HLG – Sessão 2: cooperação e governança
Domingo, 9 de junho de 2024 – 11h15 às 13h KGL

BAHER ESMAT: Bem-vindos de volta. Espero que tenham desfrutado da pausa para o café. A nossa próxima sessão centra-se na importância da cooperação para enfrentar os desafios atuais e evitar a fragmentação da Internet. Susan Chalmers vai ser a moderadora aqui na sessão, ela é Especialista em Políticas de Internet do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, a NTIA.

SUSAN CHALMERS: Obrigada e bom dia. Gostaria de convidar nossos palestrantes para esta sessão a subirem ao palco, tanto palestrantes especialistas no assunto quanto palestrantes. Por favor, venha e escolha um assento, onde quiser. Vou começar enquanto nossos palestrantes entram no palco. Esta é a segunda sessão do painel da reunião governamental de alto nível ICANN80. O tema desta sessão é cooperação e governação. Esta sessão abordará alguns dos principais desafios enfrentados pela comunidade da Internet, incluindo a conectividade digital, a segurança cibernética e o valor da cooperação em todo o panorama institucional da governação da Internet. Também ouviremos os nossos ilustres oradores sobre infraestrutura pública digital e abordagens legislativas à conectividade digital. Portanto, haverá algo para todos nesta sessão.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Gostaria de apresentar nossos palestrantes e, em seguida, recorreremos aos nossos especialistas no assunto para definir o cenário da sessão. Como nossos painelistas, temos a Sra. Tripti Sinha, Vice-Presidente Assistente e CTO da Universidade de Maryland, e Presidente do Conselho da ICANN. Também nos juntamos o Sr. Rodney Taylor, Secretário Geral da União Caribenha de Telecomunicações. E juntamos a Honorável Catherine Mumma, Membro do Parlamento do Quênia. Muito obrigado por estar aqui. Remotamente, teremos a companhia do Sr. S. Krishnan, Secretário do Ministério de Eletrônica e Tecnologia da Informação da Índia. Posso apenas verificar se temos a secretária online?

SHRI S. KRISHNAN: Sim, estou online. Você pode me ouvir?

SUSAN CHALMERS: Sim, podemos. Obrigado. Também teremos a companhia remota do Sr. John Crain, CTO da ICANN. Posso verificar se John Crain está online?

JOHN CRAIN: Eu também estou aqui. Bom dia.

SUSAN CHALMERS: Maravilhoso. Ok, bem-vindo. Estamos todos prontos para começar. Vou passar a palavra ao nosso primeiro palestrante, nosso primeiro especialista no assunto, o Sr. Danko Jevtovic, vice-presidente da Diretoria da ICANN. É com você, Danko.

DANKO JEVTOVIC:

Obrigado, Susan. Boa pronúncia. Portanto, darei uma breve visão geral das discussões atuais e futuras da ONU que abordam a missão da ICANN. Mas antes de mais nada, gostaria de agradecer aos organizadores por nos receberem nesta instalação maravilhosa. Este centro de congressos é algo que consideramos muito eficaz de usar, mas também realmente impressionante. OK. Portanto, do lado da ONU, há uma série de atividades em andamento, e algumas das que quero mencionar estão relacionadas ao mandato da ICANN. E penso que o primeiro e mais importante é o processo relativo à Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, que foi aqui mencionado diversas vezes hoje. E primeiro, isto foi em 2003, em Genebra, e mais tarde, em 2005, na Tunísia, que foi uma cimeira de duas fases, e foi conduzida pelos estados membros da ONU. Mas um dos pontos mais importantes desta cimeira para o nosso modelo multissetorial é que a cimeira realmente reconheceu que os participantes multissetoriais no processo são governos, comunidade técnica, empresas, sociedade civil e academia. E a ICANN é obviamente uma organização que faz parte da comunidade técnica. Então, o que isso significa em nossa prática? Então, se você observar como nós, técnicos, chamamos isso de pilha na estrutura lógica da Internet, temos cabos e operadoras de telecomunicações que realmente transportam os dados, e os clientes, usuários e empresas estão na Internet principalmente por causa do conteúdo. Mas entre o contato e as redes que transportam as informações está essa camada técnica da qual a ICANN faz parte. E a ICANN é coordenadora dos nomes de domínio e endereços IP globais da Internet e, dessa forma, funciona como uma camada intermediária

que talvez não seja tão grande quanto o conteúdo das operadoras de telecomunicações, mas é crítica para o funcionamento do sistema. E isso foi reconhecido pela ONU. Assim, depois do processo WSIS, no próximo ano, em 2025, a Assembleia Geral dos EUA acolherá a revisão WSIS+20, e um dos pontos importantes que esperamos que aconteça é que haverá decisões sobre como o IGF, o Fórum de Governança da Internet, que foi estabelecido pelo processo WSIS na Tunísia, como o IGF deveria continuar. E esperamos que todos os países participantes nesta reunião governamental de alto nível apoiem a continuação do IGF, porque pensamos que no cenário da ONU este é o resultado chave e o processo chave que está a impulsionar a Internet. A Cúpula do Futuro acontecerá na Assembleia Geral dos EUA em setembro deste ano, e aceitamos que ela adote o Pacto Digital Global. O Draft Zero reconheceu a importância do IGF e da abordagem multissetorial, e o Draft Zero decidiu que não há necessidade de um fórum multilateral específico para discutir a cooperação digital. Pode ser tratado dentro do IGF e melhorias e avaliação do IGF. Além disso, o Painel de Liderança do IGF, nomeado pelo Secretário Geral da ONU, também emitiu a posição de que o IGF, a única plataforma multissetorial que temos dentro do sistema IRS, pode fazer mais, e esta é a questão para a WSIS+20 abordar. discutir como evoluir o processo. A ICANN, como parte de nosso esforço multissetorial, forneceu a rede de divulgação e a lista de e-mails da WSIS+20, que é uma plataforma com centenas de pessoas em todo o mundo que participam e discutem nesses processos, e nossos briefings, atualizações e workshops regulares que estamos a dar, alguns dos que, em cooperação com os Estados-membros da ONU em Nova Iorque e Genebra, estão a fornecer

informações aos diplomatas. Portanto, a principal mensagem do lado técnico da ICANN é fornecer informações objetivas e factuais sobre como a Internet funciona no nível técnico e o que é necessário para apoiar a Internet como uma das principais plataformas para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Acreditamos que o envolvimento da ICANN com o sistema da ONU é um exemplo de como os estados membros podem ter informações técnicas e factuais neutras e como podemos trabalhar juntos. Além disso, gostaria de mencionar, como também foi observado pelo orador anterior, Doreen mencionou que a ICANN tem uma excelente cooperação com a UIT e que somos membros do setor da UIT. E este também é um dos exemplos de como o modelo multissetorial da ICANN funciona e pode abranger tudo o que é necessário. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Agradecemos gentilmente por essa visão geral e, de fato, a contribuição da comunidade técnica e a abordagem multissetorial nesses processos multilaterais são extremamente valiosas e importantes, por isso agradecemos que você nos forneça essa visão geral. Certamente é uma temporada movimentada. Então agora falaremos com nosso outro especialista no assunto, John Crain, CTO da ICANN. John, por favor, a palavra é sua.

JOHN CRAIN:

Muito obrigado. Bom dia a todos e obrigado por me permitirem falar aqui. Pediram-me para falar um pouco sobre fragmentação e quero começar falando sobre uma frase que a ICANN usa, e essa frase é Um

Mundo, Uma Internet. É uma frase cativante, com certeza, mas este conceito de uma Internet global interoperável faz parte do nosso ADN. É fundamental para o que fazemos com base em bancos de dados na ICANN. Descreve uma rede onde não importa onde alguém se conecte à internet, seja em Kigali, aqui em Los Angeles onde estou, ou mesmo na Estação Espacial Internacional, o usuário tem uma experiência previsível. É isso que os usuários procuram quando usam redes, que querem fazer algo na rede e esperam uma certa experiência. Eles esperam ir a algum lugar. Agora, o núcleo disso são os identificadores exclusivos da Internet. Eles unem a rede. Isso inclui coisas como o sistema de nomes de domínio, endereços IP e, na verdade, muitos outros tipos de identificadores na Internet, muitos dos quais os usuários desconhecem, mas são todos essenciais para garantir que essa experiência previsível ocorra para os usuários. Um bom exemplo disso é quando alguém deseja fazer algo como enviar um email. Se alguém quiser enviar um e-mail para john.crain@icann.org, ele quer saber que ele será enviado para John Crain, para mim, @ ICANN.org, e não para outro lugar, um ICANN.org diferente, em algum outro lugar da rede. Este princípio básico de previsibilidade e a singularidade destes identificadores que a ICANN capta na frase Um Mundo, Uma Internet, permitiu que a Internet crescesse e permitiu que milhares de milhões de pessoas em todo o mundo se ligassem entre si. Permitiu a própria existência da Internet como a conhecemos hoje. Quando falamos de fragmentação da Internet, estamos a referir-nos a situações em que esta previsibilidade pode já não ser verdadeira, em que um utilizador já não sabe o que esperar quando tenta ligar-se a algum lugar na Internet. Agora, isso nem sempre ocorre intencionalmente. Muitas vezes há um

subproduto inesperado de mudanças no sistema. Por exemplo, tecnologias emergentes podem introduzir namespaces de identificadores novos ou conflitantes. Isto pode causar falta de previsibilidade ou confusão para os usuários da rede. Algumas dessas tecnologias podem exigir gateways personalizados entre namespaces, o que cria ainda mais imprevisibilidade. Além disso, as políticas podem ter consequências indesejadas. Por exemplo, fazer com que os nomes de domínio sejam resolvidos de maneira diferente ou nem sejam resolvidos, dependendo de onde você se conecta. Então, fundamentalmente, quando falamos sobre fragmentação do namespace, do ponto de vista da ICANN, estamos na verdade falando sobre a imprevisibilidade dos sistemas de identificação, onde as tecnologias ou políticas são definidas, e por alguma razão muitas vezes não intencional, que faz com que a experiência do usuário seja mudar para que o usuário não possa mais confiar na rede para funcionar de maneira previsível. E já vemos isso acontecendo em algumas ocasiões hoje. Se você viaja muito, poderá perceber que, dependendo de onde estiver, poderá ou não conseguir acessar determinados serviços da rede. Às vezes, isto é uma consequência de decisões tomadas devido a políticas ou tecnologias. Portanto, é um conceito muito básico no centro disso. Na verdade, trata-se de fragmentar de tal forma que a experiência do usuário não seja mais previsível. Então, se eu pudesse deixar você com um pensamento, seria algo que você já ouviu de outras pessoas hoje. Ao tomar decisões que podem afetar a rede e seus usuários, pense em como isso pode mudar a forma como a experiência do usuário ocorre. E pense nos outros grupos de partes interessadas que você pode consultar e que informarão suas decisões. Trabalhem

todos em conjunto para evitar a fragmentação, para que possamos realmente continuar a ter um mundo com uma Internet para as gerações futuras. Muito obrigado pelo seu tempo.

SUSAN CHALMERS:

Muito obrigada, Sr. Crain, por essa visão geral muito acessível da fragmentação da Internet. Agora vamos fazer a mesma pergunta a todos os painelistas. E então, eu gostaria de começar com você, senador, se estiver tudo bem. Na sua perspectiva, quais são os principais desafios para a comunidade da Internet na sua região? E como pode uma melhor cooperação entre as partes interessadas ajudar a enfrentar esses desafios?

CATHERINE MUMMA:

Muito obrigada por essa pergunta. Em primeiro lugar, permitam-me agradecer ao governo da República do Ruanda por acolher esta reunião e pela bela organização desta reunião. Permitam-me também, porque falo em nome da Rede de Parlamentares Africanos sobre Governança da Internet, uma rede recém-formada, não muito nova, mas uma nova rede que foi formada em 2022, para reunir parlamentares dos países africanos para tentarem envolver-se na questão da governança da Internet. E para trazer os cumprimentos da nossa Presidente, que não pôde comparecer, Neema Nugangira. Estamos participando como observadores. Acho que a equipe está sentada do outro lado. E gostaria de afirmar imediatamente que procuramos nos envolver nas reuniões da ICANN porque apoiamos o modelo multissetorial, mas sentimos que, até agora, os parlamentares geralmente não têm se envolvido

adequadamente. Quando você define governo, percebemos que governo para esse espaço significa o executivo. Mas gostaria de chamar a atenção de todos nós para o facto de a elaboração de políticas não ser apenas uma função do executivo. A formulação de políticas é uma função partilhada entre o executivo, os legislativos e até mesmo o judiciário. Os Judiciários tomarão decisões assim que um assunto lhes for apresentado, e essa decisão moldará a política. Assim, mesmo quando iniciamos e apoiamos o modelo multissetorial, desejo chamar a nossa atenção para a necessidade de envolvimento ativo do governo mais amplo, o que significa o executivo, o legislativo e o judiciário. Agora, as questões de internet e tecnologia digital são extremamente técnicas. E para que possamos avaliar que tipo de política faríamos, seja uma legislação ou uma decisão, se você é um juiz de tribunal, você precisa ter capacidade. Então, o que está acontecendo enquanto você pergunta a situação da comunidade da Internet? A verdadeira situação em todo o mundo é que as comunidades científicas e as comunidades tecnológicas estão a avançar, a evoluir muito rapidamente, mas os decisores políticos são deixados para trás. E os decisores políticos estão lá para não agirem em conjunto e elaborarem políticas que realmente apoiem a comunidade da Internet naquilo que estão a fazer. E por que isso acontece? Isso ocorre porque é uma área técnica. Quando você está fazendo uma lei, você precisa fazê-la a partir de uma posição informada. O orador que me antecedeu disse que precisamos de ter cuidado com o impacto das políticas que aprovamos, porque podem fragmentar mais do que unificar. Mas como faríamos isso se você não tem essa capacidade? Portanto, a primeira coisa que gostaria de fazer é agradecer à ICANN, pelo menos, por envolver a Rede Parlamentar

Africana nesta reunião. O que estamos fazendo é aprender e tentar lidar com as diferentes questões. Não sei se posso continuar. Ainda temos alguns desafios. A internet é extremamente facilitadora. A Internet é boa para o desenvolvimento, mas também tem sido alvo de abusos e causado danos. E como representantes do povo, o nosso negócio é facilitar o crescimento da tecnologia, mas também garantir que lidamos com os seus aspectos prejudiciais. Portanto, a questão seria que tipo de capacidades podemos ter para, à medida que aprovamos qualquer política, fazer uma política que seja facilitadora e uma política que também proteja os direitos dos nossos cidadãos que representamos, e uma definição adequada do que é a inclusão. significa. Para os parlamentares africanos, gostaríamos de ter uma conversa mais ampla sobre o que significa inclusão, para que, mesmo quando falamos sobre a criação de um ambiente, para quem estamos a criar esse ambiente? Quem está sendo incluído? E para nós, tudo se resume a quão bem podem os nossos cidadãos em África, quão bem podem os nossos países em África ser devidamente incluídos nos ganhos que advêm da tecnologia digital. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Muito obrigada, Senador, pelas suas valiosas observações, que penso que se relacionam muito bem com algumas das observações que ouvimos anteriormente na sessão anterior, mas uma perspectiva muito valiosa dos legisladores. Obrigado. Sr. Taylor, permita-me que lhe faça a mesma pergunta: na sua perspectiva, quais são os principais desafios que a comunidade da Internet enfrenta actualmente na sua região e

como pode uma melhor cooperação entre as partes interessadas ajudar a enfrentar esses desafios?

RODNEY TAYLOR:

Muito obrigado, Susan, pela sua moderação especializada até agora, e ao governo anfitrião do Ruanda pela excelente facilitação da reunião e também pela oportunidade de trazer uma perspectiva do Caribe. Temos desafios no Caribe. Somos pequenos estados insulares em desenvolvimento, e o que temos procurado fazer em espaços como a ICANN e dentro do UNIGF é construir uma coalizão com outros pequenos estados insulares em desenvolvimento com ideias semelhantes. E no quadro das Nações Unidas, há um reconhecimento de que os pequenos estados têm desafios únicos, claro, relacionados com as alterações climáticas e o aumento do mar, vulnerabilidades e questões em torno do desenvolvimento económico sustentável. E assim, dentro da ICANN, dentro da UNIGF, temos trabalhado com a Coalizão Dinâmica para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. E, de fato, realizamos nosso segundo SIDS, Fórum de Governança da Internet dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, como um evento paralelo dentro do SIDS, IV conferência das Nações Unidas sobre SIDS em Antígua e Barbuda. E temos aqui o Honorável Melfred Nicholas, de Antígua, representando o Caribe. Dada a pequena dimensão de muitos dos países das Caraíbas, temos, de facto, desde Montserrat, com uma população de pouco mais de 4.000 pessoas, até Cuba, com uma população de pouco menos de 12 milhões, e os desafios passam a ser o custo da construção de infraestruturas para fornecer Acesso à internet. Assim, a infraestrutura

da Internet é um problema, em particular os custos e as economias de escala devido à pequena dimensão destes países. Falei de Anguila com 4.000 habitantes, mas muitos dos nossos Estados-membros têm menos de 1 milhão de habitantes em termos de tamanho populacional e por isso é um problema. Também temos problemas em torno da segurança cibernética, protegendo essa infraestrutura à medida que os governos avançam na implementação de serviços digitais. Muitos dos ataques ocorrem, de facto, nas Caraíbas e em pequenos estados em desenvolvimento, como seria de esperar, devido à falta de recursos, recursos técnicos e financeiros para garantir. Existem também desafios regulamentares e falarei sobre isso talvez mais tarde em termos de como procuramos harmonizar a regulamentação nas Caraíbas para ajudar a resolver a questão das economias de escala, porque como mercados individuais somos pequenos, mas coletivamente, torna-se mais atraente para o investimento e a harmonização. A regulamentação ajuda a reduzir os custos de fazer negócios no sector das TIC e por isso estamos a tomar medidas nesse sentido. É claro que as questões relacionadas com o desenvolvimento de capacidades, em particular em áreas como a segurança cibernética que mencionei, mas também em todos os outros aspectos da agenda das TIC. Portanto, sabemos que os países maiores e mais desenvolvidos, de facto, pagam mais e, portanto, os mercados são mais atrativos. E embora compreendamos que existe uma escassez global de, digamos, especialistas em segurança cibernética, essa escassez torna-se mais aguda para os pequenos estados que não têm os recursos necessários para atrair e manter esse talento. E essas são algumas das questões. E mesmo onde temos uma boa implantação de infraestruturas, no caso

de, digamos, Barbados e alguns dos outros países que têm fibra até casa, a questão da acessibilidade com base no rendimento e assim por diante é um desafio para nós. Então esses são alguns dos principais desafios que enfrentamos. E como eu disse, temos procurado abordá-los não apenas por conta própria, mas construindo coalizões com outros pequenos estados, buscando impactar as políticas aqui na ICANN, na UIT, dentro do UNIGF, construindo parcerias com a UIT por meio de parcerias semelhantes parceiro para conectar iniciativas GIGA. Além disso, temos trabalhado com a União Postal Unida numa iniciativa Connect.post para podermos aproveitar os serviços postais para levar conectividade às comunidades rurais e talvez possa falar um pouco mais sobre isso, mas vou terminar por aí. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Muito obrigada, Sr. Taylor. Gostaria de recorrer ao secretário Krishnan online. Eu só quero fazer o check-in. Oh, maravilhoso. E, Senhor Secretário, na sua perspectiva, quais são os principais desafios que a comunidade da Internet enfrenta actualmente na sua região e como pode uma melhor cooperação entre as partes interessadas enfrentar esses desafios? Por favor, a palavra é sua.

SHRI S. KRISHNAN:

Muito obrigado. Boa tarde a todos vocês. Lamento não poder estar presente pessoalmente porque o novo governo toma posse hoje aqui na Índia, mas a nossa delegação está a juntar-se a estas reuniões. Sobre esta questão em si, penso, como sabemos, que a Internet tem uma das suas maiores extensões em todo o mundo, na Índia. Actualmente, o

número total de assinantes aumentou de cerca de 252 milhões em 2014 para cerca de 936 milhões em 2024. O custo dos dados e a maior parte da propagação da Internet na Índia tem sido através da telefonia móvel, não tanto através de conexões de linha fixa, e o o custo do uso de dados caiu de cerca de US\$ 3. 23 por GB em 2014 para apenas cerca de 11 centavos por GB em junho de 2023. Além disso, conectamos cerca de 200 mil aldeias em toda a Índia por meio de uma rede de serviços chamada projeto BharatNet. E além disso, para quem não tem dinheiro ou não tem acesso a diversos dispositivos, existem cerca de 500 mil centros de atendimento comuns em todo o país para fornecer acesso à Internet. E como você sabe, a Índia é um país diversificado. Existem cerca de 22 línguas faladas em todo o país. E com aceitação universal, o domínio de nível superior .Bharat está disponível em cerca de 15 escritas indianas, cobrindo 22 idiomas. Para este tipo de propagação, existem certos problemas que enfrentamos. E para a comunidade da Internet, a primeira e mais importante preocupação é uma Internet aberta, segura, confiável e responsável, onde a privacidade, a segurança e a desinformação, a desinformação são questões. Estas questões necessitam de ser abordadas numa base prioritária. Da mesma forma, há uma série de problemas de segurança cibernética, incluindo problemas de segurança de DNS, phishing e malware. Tudo isso também são preocupações. A falta de informação que as agências responsáveis pela aplicação da lei têm sobre o sistema de registo de domínios para violações de segurança cibernética e crimes cibernéticos é também uma preocupação crucial. Da mesma forma, considero importante reforçar o mecanismo de governação existente para satisfazer as necessidades de governação da Internet, evitando a

duplicação de esforços, agilizando a conversa sobre estas questões e uma maior cooperação entre as várias partes interessadas. A Índia, que representa um número tão grande de utilizadores, exige esse tipo de representação para abordar todas estas questões de forma significativa. E dentro do país, acreditamos que há potencial para ir mais longe se a exclusão digital for abordada e se for fornecido um acesso significativo, especialmente às populações vulneráveis, como os idosos, e também para ter em conta a diversidade linguística em todo o país. Então, nós, como representantes da maior base de utilizadores digitais, promovemos a Internet aberta e, portanto, temos um interesse significativo na governação da Internet, o que significa que uma maior voz e governação são essenciais para garantir a resiliência da Internet. Se a Internet não se fragmentar e se quiser fornecer, se quiser permanecer como uma única Internet para preservar o tipo de ligações em todo o mundo, então penso que a representação nas estruturas de governação se torna muito, muito importante e a voz do governo estruturas. E então, tendo em vista os desafios enfrentados pelos usuários da Internet no país, a ICANN também pode considerar mudar da abordagem um pouco menos justa que temos atualmente, o que foi bom para conseguir que mais pessoas se conectassem à Internet para tornar algumas coisas um um pouco mais um pouco mais formalizado. Por exemplo, conheça a abordagem do seu cliente para pedregulhos de nomes de domínio, verificação e validação de nomes de domínio, precisão WHOIS que reduziria o abuso de DNS e implementação mais rápida de aceitação universal para reforçar o acesso para mais usuários. Estas são algumas das questões-chave que, na nossa região, consideramos importante abordar no

quadro geral do funcionamento da Internet e também da governação da Internet. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Muito obrigada, Sr. Secretário. Portanto, este foi um conjunto de contribuições muito, muito amplo e útil. Ouvimos o Senador sobre a importância do desenvolvimento de capacidades para que reguladores ou legisladores sobre tecnologias emergentes possam desenvolver políticas responsivas e a importância de incluir a perspectiva dos legisladores na discussão sobre governança da Internet. Eu sei que o IGF tem uma vertente parlamentar e esse é um exemplo de como isso está começando a emergir. Falando em IGFs, acabamos de ouvir do Sr. Taylor sobre o IGF de pequenos estados insulares em desenvolvimento, aos quais acredito que as gravações estão disponíveis para acesso, e também uma série de desafios diferentes entre esses países menores do Caribe, por exemplo, reter talentos e também alguns desafios infraestruturais. E acabamos de ouvir do Sr. Secretário, da MeitY, sobre vários desafios enfrentados na Índia, como a exclusão digital, acesso significativo, desafios relacionados à desinformação na Internet e à confiança e algumas sugestões positivas para a ICANN. E agora eu gostaria de recorrer a você, Tripti. Portanto, sei que não representa necessariamente uma região, mas gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre alguns dos desafios que a comunidade da Internet enfrenta e como a cooperação pode ajudar a enfrentar esses desafios.

TRIPTI SINHA:

Obrigada, Susan. Assim, falarei da perspectiva do envolvimento da comunidade técnica e da sua contribuição para alcançar, em particular, a agenda e as linhas de ação da CMSI. Então, vamos começar com o óbvio. Os processos da ONU são intergovernamentais. Outras partes interessadas não são permitidas na sala de negociação. Houve tentativas por parte dos co-facilitadores do Pacto Digital Global para abri-los a outras partes interessadas, mas elas são limitadas pelas regras de procedimentos da Assembleia Geral das Nações Unidas. Assim, esperamos que os Estados-membros encontrem formas de manter todas as partes interessadas envolvidas no processo de revisão da WSIS+20. Uma forma é convidar seus representantes para fazerem parte de suas delegações. Assim, alguns países fizeram-no durante a WSIS+10 e a GDC, por isso talvez os ilustres funcionários de alto nível aqui pudessem persuadir os seus respeitados colegas, os ministros dos Negócios Estrangeiros a incluir os seus membros do GAC ou apenas especialistas das diferentes partes interessadas. nas suas delegações. A comunidade técnica é uma parte interessada fundamental que está envolvida nas operações diárias dos fundamentos técnicos da Internet. Embora não possa falar pelos membros da comunidade, posso dizer que a ICANN está envolvida no seu trabalho com todas as outras partes interessadas da WSIS, governos, empresas, academia, sociedade civil e outras organizações da comunidade técnica mais ampla para garantir que todos Os utilizadores da Internet continuam a beneficiar de uma Internet global única e interoperável. O funcionamento seguro, estável e não fragmentado da Internet a nível técnico é absolutamente indispensável para que continue a ser um recurso global para a humanidade, alcance uma transformação digital inclusiva e equitativa

e alcance as linhas de ação da WSIS. A ICANN coordena os identificadores exclusivos da Internet, que incluem nomes de domínio, o sistema de nomes de domínio, o espaço de endereçamento IP e os parâmetros de protocolo. Esta coordenação garante uma Internet global única. A abordagem multissetorial é o modelo de governança que tornou possível à comunidade técnica garantir continuamente uma Internet global. Através de uma abordagem inclusiva, a abordagem multissetorial permite a Internet global, garantindo a participação de todas as partes interessadas relevantes e protegendo-a de consequências intencionais ou não intencionais decorrentes de tensões geopolíticas e regulamentações para esse assunto. No que diz respeito à nossa contribuição para as linhas de ação da WSIS, a ICANN está trabalhando em vários caminhos, como o novo programa genérico de domínios de primeiro nível, a próxima rodada de nomes de domínio internacionais, aceitação universal, etc., que ajudarão a conectar o próximo bilhão de usuários. E como você acabou de ouvir do secretário Krishnan, na Índia eles estão fazendo um trabalho incrível ao usar a aceitação universal e trazê-la para os 22 idiomas oficiais. Neste esforço, a ICANN faz parceria com organizações como a UIT e a UNESCO. Em África, estamos particularmente orgulhosos por termos lançado há dois anos a Coligação para a África Digital. O seu objetivo é reunir partes interessadas com ideias semelhantes para melhorar a indústria africana de nomes de domínio. A coligação centra-se nos desafios e oportunidades locais, apoiando a economia digital de África, expandindo a conectividade representando as comunidades africanas e apoiando a inovação local. E como acabamos de ouvir da Senadora Mumma e também do Sr. Taylor, eles também estão enfrentando

desafios semelhantes. Também estamos trabalhando com o parceiro da UIT para conectar a coalizão digital. Tenho a firme convicção de que a ICANN e a sua comunidade têm o conhecimento, a experiência e a disposição necessários para enfrentar de forma mais eficiente e eficaz os desafios técnicos que enfrentamos hoje. Obrigado, Suzana.

SUSAN CHALMERS:

Obrigada, Sra. Sinha. Então, agradecemos essa visão geral. Ouvi dizer que alguns desafios são garantir o acesso significativo e a participação em processos multilaterais por parte da comunidade técnica. Também ouvimos exemplos de cooperação em que a ICANN está participando neste momento. Então, muito obrigado por isso. Agora vamos nos voltar para questões específicas para palestrantes específicos. E gostaria primeiro de recorrer a si, Senadora Mumma. Como vê o papel dos legisladores no desenvolvimento da conectividade digital e do conteúdo local em África?

CATHERINE MUMMA:

Muito obrigada. Como disse anteriormente, os legisladores são muito importantes na definição das políticas nacionais e mesmo das políticas internacionais, porque através do governo, muitos dos nossos países têm um quadro legislativo que define a forma como se ratificam os tratados internacionais. Portanto, os legisladores são absolutamente importantes para ajudar neste processo. O que vejo para os legisladores africanos é a necessidade de nos envolvermos melhor, sermos mais ativos no espaço da governação da Internet, para adquirirmos o conhecimento necessário para garantir que

contribuímos para uma política positiva, tanto para a comunidade da Internet como para os nossos cidadãos. Os legisladores representam, também legislam, também fiscalizam. Assim, aplicando todos estes três aspectos, podemos encontrar formas de garantir que o espaço da Internet se torne mais seguro para os nossos cidadãos em todo o mundo, que o espaço da Internet se torne mais inclusivo, inclusive para países como os de África, que estão agora atrasados. A conectividade em África é baixa, especialmente nas zonas rurais, e isto é ocasionado pelas situações de desenvolvimento económico nos nossos países. Mas precisamos agora, como legisladores, porque nos apropriamos dos orçamentos, é hora de os legisladores serem capazes de apropriar os orçamentos para permitir que os nossos diferentes sectores gastem mais em tecnologia, a fim de facilitar um maior acesso. É também nosso papel garantir que implementemos a legislação necessária para a regulamentação que elimine ou resolva os danos que advêm da Internet, e é necessário que representemos os cidadãos para garantir que mesmo os mais vulneráveis sejam incluídos quando definimos o acesso, seja através de gadgets, infraestrutura ou outros meios.

SUSAN CHALMERS:

Muito obrigada. E observarei apenas que haverá uma sessão durante o fórum político focada especificamente no abuso do DNS e nos danos que daí resultam em África, convidando a perspectivas africanas e soluções políticas. Senhor Taylor, sua pergunta é: quais são os desafios específicos enfrentados pela região do Caribe em termos de conectividade digital e segurança cibernética? Pode dar um exemplo de

como a CTU está a tentar enfrentar estes desafios através da cooperação regional?

RODNEY TAYLOR:

Obrigado novamente, Susan. E penso que descrevi muitos dos desafios aplicáveis às Caraíbas na primeira intervenção. E por isso, gostaria apenas de salientar, em termos de cooperação regional, que as Caraíbas albergam o fórum de governação da Internet mais antigo do mundo, o CIGF, e de facto comemoramos 20 anos este ano. Temos aqui sentado connosco uma das nossas pioneiras, a ex-secretária-geral Bernadette Lewis, uma das pioneiras nisto. E convido todos vocês à Guiana para se juntarem a nós no 20º Fórum de Governança da Internet.

E menciono isto porque, ao sair deste processo, temos um quadro político de governação da Internet que está na sua quarta edição, e esse quadro político aborda a questão da cooperação regional. Faz uma série de recomendações políticas relativas, por exemplo, a infraestruturas, como pontos de troca de Internet, que quando começámos em 2005, na verdade não existiam pontos de troca de Internet. Hoje não sei o número exato, mas sei que ultrapassa os 13. Coisas que os países desenvolvidos consideram naturais, mas fizemos um esforço concertado para colaborar e desenvolver pontos de troca na Internet. Temos promovido questões de políticas nacionais de TIC, políticas nacionais de banda larga, para ajudar a impulsionar a conectividade. No nível dos chefes de governo da CARICOM, também concordamos com uma política para o espaço único de TIC da CARICOM, e que busca abordar a questão das economias de escala, onde podemos tratar o Caribe como um mercado homogêneo, porque

há harmonização de políticas e legislação e, portanto, as empresas que operam no nível pan-caribenho são capazes de padronizar a tecnologia, há consistência na regulamentação e nas políticas e, portanto, têm acesso a um mercado maior em oposição a mercados pequenos. Temos colaborado, mencionei iniciativas como Connect.post com a União Postal Universal para garantir, especialmente para as comunidades rurais, porque apesar do pequeno tamanho, ainda existem comunidades rurais no nosso espaço caribenho, e reconhecemos que os serviços postais fornecem uma avenida através da qual as comunidades rurais podem aceder à Internet e aos serviços digitais. Mencionei a iniciativa Partner to Connect, estamos trabalhando em estreita colaboração com a UIT. Também estamos trabalhando com a CARICOM IMPACS, que é a Agência de Implementação para Crime e Segurança, na implementação de um plano de ação regional de segurança cibernética, reconhecendo os desafios no que diz respeito às restrições de recursos e competências e, portanto, permitindo-nos compartilhar recursos como certificados e habilidades de segurança cibernética. Portanto, há alguma cooperação, eu diria, na questão da governação e conectividade da Internet. Grande parte dessa cooperação acontece no nosso espaço de governação da Internet, que, como mencionei, está no seu 20º ano. Existem outros mecanismos que temos para apoiar a cooperação, como o Grupo de Trabalho de Gestão do Espectro. Reconhecemos o papel que o espectro desempenha em termos de impulsionar a conectividade. É claro que as receitas provenientes do espectro podem ser utilizadas para ajudar a fornecer conectividade às zonas rurais e, por isso, estamos a trabalhar para garantir que haja

harmonização ao nível das atribuições de espectro na nossa comunidade. Estas são apenas algumas das iniciativas em que estamos a trabalhar, mas gostaria de encorajá-lo a dar uma vista de olhos ao nosso quadro político de governação da Internet, que aborda de forma abrangente muitos dos desafios que enfrentamos na região, no âmbito da governação da Internet espaço. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Muito obrigada, Sr. Taylor. Vou passar agora ao secretário Krishnan. Tenho uma pergunta específica para você. A Índia fez progressos significativos em infraestruturas públicas digitais. Que lições podem ser partilhadas com a comunidade internacional sobre infraestrutura pública digital, ou DPI?

SHRI S. KRISHNAN:

Obrigado. A Índia tem sido pioneira em infraestrutura pública digital. Os DPI têm sido um catalisador na Índia para a digitalização inclusiva e sustentável e também uma abordagem para o desenvolvimento. Os DPI apresentam um método inclusivo e sustentável em que os sectores público e privado inovam em conjunto e fornecem soluções escaláveis, centradas nas pessoas e orientadas para o desenvolvimento aos utilizadores, dentro de diretrizes amplas e estabelecidas. No recente G20, houve um consenso sobre o DPI, o que colocou o DPI na vanguarda do discurso de desenvolvimento global, mas também moldou o discurso ao construir um entendimento comum da questão e permitir que todas as partes interessadas falassem uma linguagem comum. Os esforços contínuos da ONU, combinados com uma maior aceitação

nacional, apresentam os DPI como uma solução promissora para desafios persistentes, como maior acessibilidade, inclusão digital, transparência e confiança digital. Agora, o desenvolvimento do Repositório Global de Infraestrutura Pública Digital, GDPIR, tem sido uma das medidas recentes adotadas pelo meu ministério, no Governo da Índia. Este é um centro de recursos abrangente que reúne lições e conhecimentos essenciais dos países do G20 e de outras nações convidadas e, atualmente, existem 54 desses DPI de 16 países que fazem parte deste repositório. O próprio repositório foi concebido para ser um recurso para lições e conhecimentos importantes, permitindo uma fácil descoberta com o objetivo de colmatar a lacuna de conhecimento existente em torno das práticas corretas para conceber, construir e implementar DPIs à escala populacional. Também criamos uma Plataforma Modular de Identidade de Código Aberto, MOSIP, que é atualmente adotada por 11 países com mais de 100 milhões de usuários ativos. O Primeiro-Ministro também anunciou um fundo, um fundo específico para apoiar a implementação de DPIs em todo o sul global. Através de todas estas experiências, a Índia tem vindo a desenvolver algumas lições fundamentais. A primeira e mais importante é que devemos começar com DPIs fundamentais, ou seja, identificação digital, pagamento e compartilhamento de dados baseado em consentimento. Isto é muito crítico. Se algum país procurar utilizar os seus recursos de forma otimizada, então implemente primeiro a identificação digital e o pagamento de DPI e, depois disso, poderá demonstrar os benefícios da utilização de diferentes tipos de DPI à medida que implementa sistemas semelhantes noutros setores. Esta é uma lição fundamental que

aprendemos. Outra lição é que há necessidade de uma estrutura de governação muito forte, baseada num mandato da legislatura. Um mandato legislativo é muito crucial para executar o sistema e garantir que os incentivos de todas as partes interessadas estejam devidamente alinhados, e deve haver uma provisão financeira clara e contínua, orçamentos adequados ou um modelo de receitas que sustente os DPIs. Isso é crítico. Outra lição foi a extensão do papel das autoridades públicas. Embora o papel em si possa variar dependendo da natureza do DPI, na maioria dos casos, as autoridades públicas devem gerir o núcleo ou devem ajudar a construir o núcleo e desempenhar um amplo papel regulador. E quanto ao resto, permitir que o sector privado, os inovadores e outros inovem neste núcleo básico e depois construam sistemas complementares que possam funcionar para todos. Isto também está muito de acordo com a estrutura democrática dos DPI, para que uma multiplicidade de pessoas e partes interessadas possam realmente participar nele, e o que acontece depois é que os benefícios da digitalização também são percebidos de forma mais ampla. Depende também, claro, do grau de envolvimento do sector público e da maturidade do mecanismo de governação de dados em cada país, pelo que essas seriam estruturas fundamentais. Agora, isso leva-me à necessidade de quadros ou estruturas de governação de dados bem definidos, o que é fundamental para o sucesso dos DPIs. A privacidade dos dados, a segurança dos dados, a proteção da privacidade é muito crítica e precisa de ser dada a devida atenção, e o próprio governo, como uma agência que retém muitos dados de cidadãos e outros, deve ser muito responsável na forma como armazena esses dados e na maneira como usa os dados. Depois, há motivos para construir

múltiplos casos de uso, e a abordagem de DPIs da Índia foi construída em torno de sistemas compartilhados que são usados em múltiplos setores e múltiplos serviços. Estes sistemas não são aplicações de utilização única relevantes para apenas um objetivo político, mas são concebidos para serem versáteis e podem ser integrados com uma vasta gama de serviços públicos e privados. Então a interoperabilidade é outro elemento fundamental, e isto é conseguido principalmente através de padrões abertos, melhorando a integração entre pagamentos, comércio e saúde, entre outros. E a abordagem da Índia também enfatiza especificações, protocolos e APIs abertos, o que permite que o ecossistema adote, integre e cumpra facilmente a tecnologia. O foco realmente está nas redes e especificações abertas, resultado que você pode ver em iniciativas como UPI ou ONDC, que trata do comércio digital ou da saúde, a interface unificada de saúde, só para citar alguns exemplos do que foi adotado em Índia. Então, a escalabilidade dos DPIs e sua facilidade de uso são muito importantes, e isso é algo em que a experiência do usuário e a interface do usuário devem receber atenção adequada para que setores mais amplos da população possam usá-los sem muita dificuldade e se adaptarem. Para isso rapidamente. Por exemplo, a interface de dados de pagamento UPI da Índia hoje é construída sobre um mecanismo simples e universal de código QR, que permite que duas pessoas com um telefone celular e um aplicativo de pagamento realizem transações rápidas, confiáveis e seguras. Atualmente, mais de 12 bilhões de transações ocorrem todos os meses, e outros métodos, como o Hello! O UPI, etc., permite a realização de pagamentos, especialmente quando a alfabetização é um problema. Na verdade, os pagamentos podem ser feitos por meio de

vozes em qualquer idioma. Mais uma vez, num país tão diverso como a Índia, temos uma aplicação multilingue chamada Bhashini, que permite a tradução rápida de línguas de uma para outra, e essa é outra forma de prestar serviços de voz, garantindo a inclusão, o que é uma vantagem. grande preocupação num país grande como a Índia. Portanto, estas são, em linhas gerais, algumas das lições que aprendemos ao longo da jornada do DPI e que estamos dispostos a partilhar com qualquer pessoa que queira compreender como avançamos. Muito obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Obrigada, Sr. Secretário. Senhora Sinha, se me permite, gostaria de lhe apresentar uma pergunta um pouco desafiadora, ou seja, ouvimos falar de exemplos de cooperação, como a Rede de Parlamentares Africanos sobre Governança da Internet, modelos pan-caribenhos para apoiar economia de escala, e temos um exemplo nacional de jornada de DPI do Sr. Secretário. Você vê algum tema emergente nestes vários exemplos regionais que dizem respeito à cooperação e governança que você gostaria de destacar para nós? É muito difícil.

TRIPTI SINHA:

Obrigada, Susan. Não, na verdade, vejo muitos temas emergentes. Então, começarei com escopo e escala. Como o secretário-geral Taylor estava dizendo, temos Montserrat, 4.000 pessoas, e como o secretário Krishnan tem 1,4 bilhão de pessoas, e estamos integrando esta comunidade global a um ritmo incrível. Então, o secretário Krishnan acabou de falar sobre padrões e interoperabilidade em arquiteturas

abertas. Isso constitui a base desta plataforma, e somente tal ambiente permitirá que tal escalonamento ocorra. Assim, os desafios são diferentes, mas alguns dos elementos fundamentais permanecem os mesmos. Já conversamos muito sobre a veracidade dos dados. O secretário Krishnan repetiu isso inúmeras vezes porque estamos todos preocupados com a privacidade e a segurança e em lidar com maus atores. Portanto, precisamos ter veracidade dos dados sobre como registramos nomes de domínio e assim por diante. Portanto, isso é, de facto, fundamental para assumir um papel muito importante na forma como avançamos como comunidade global. Aceitação universal. Se olharmos para isso, a linguagem da tecnologia e da ciência é o inglês, mas quando produzimos novas tecnologias e as trazemos para a comunidade global, a comunidade global é multilingue. Portanto, é extremamente importante mantermos culturas e idiomas, e levamos isso em consideração à medida que inovamos e evoluímos a Internet e as tecnologias associadas. E, mais uma vez, a Índia é um grande exemplo de um país que está a utilizar a aceitação universal para preservar as suas línguas e também para proporcionar serviços e algum acesso significativo aos seus 1,4 mil milhões de habitantes. Além disso, como dizia a Senadora Mumma, a legislação por vezes avança mais lentamente do que a inovação. A taxa de inovação tecnológica é impressionante. Não há outra maneira de dizer isso. É impressionante. E, ao mesmo tempo, é trazido para a nossa comunidade mundial e precisa ser legislado. Portanto, precisamos de pensar em formas inovadoras de como os governos e os legisladores trabalham com o ecossistema tecnológico à medida que este inova e cria novas tecnologias. E a última coisa que eu diria é que a Internet, é tão óbvio,

é fundamental para o progresso de qualquer Estado-nação no mundo agora. E cada um de nós tem a responsabilidade de garantir que fazemos isso corretamente. E, na verdade, hoje reconfirmou para mim que a missão da ICANN é tão importante que mantemos com resiliência os sistemas de identificadores exclusivos. Obrigado, Suzana.

SUSAN CHALMERS:

Obrigada. Muito obrigado. E então, agora vamos encerrar. Com base nas excelentes observações da Sra. Sinha sobre temas comuns, vamos encerrar e pedir a cada um dos palestrantes que compartilhe alguns insights da discussão que acabamos de ter. E então, senadora Mumma, posso recorrer ao senhor?

CATHERINE MUMMA:

Muito obrigada por esta sessão e por permitir a participação da APNIC. Em nome dos meus colegas, devo dizer que aprendemos bastante. E eu gostaria de encorajar as comunidades da Internet, especialmente aquelas que trabalham em África, a encontrar formas pelas quais possamos trabalhar mais de perto, possamos envolver-nos mais para que nós, como legisladores, possamos fazer as duas coisas que precisamos de fazer, que é apoiar política facilitadora, bem como apoiar a política protetora dos cidadãos. Comprometemo-nos a reunir-nos e já estamos a reunir-nos como parlamentos em África. Estamos a reunir-nos a nível sub-regional, a nível regional de África, aprendendo uns com os outros. Acho que tivemos cerca de quatro ou cinco conversas virtuais enquanto legisladores aprendiam uns com os outros e gostaríamos de continuar aprendendo uns com os outros. Por isso,

queremos encorajar todos aqueles que trabalham em África, a academia, a sociedade civil e até os governos, a envolverem-se mais com os legisladores, para que possamos ver que valor podemos acrescentar a esta conversa. Obrigado.

RODNEY TAYLOR:

Obrigado novamente pela oportunidade de apresentar uma perspectiva do Caribe. E eu diria, com base em tudo o que foi discutido até agora, que considero importante, claro, que a governação da Internet e o modelo multissetorial sejam muito importantes, em particular para os países em desenvolvimento. Penso que é importante que nos concentremos naqueles para quem o modelo multissetorial ainda apresenta desafios, como os pequenos estados. Eu adoraria ver mais representação caribenha aqui no nível dos formuladores de políticas. E não é por falta de tentativa, mas acho que precisamos considerar como podemos resolver essas lacunas, aqueles que não estão aqui, para que não falemos sozinhos, não preguemos para o coro, por assim dizer, mas que estamos trazendo novas vozes para quem esta economia da Internet é muito, muito importante e para quem, sem a sua participação, existe a oportunidade ou a possibilidade de ampliarmos a exclusão digital. E assim, eu lançaria um desafio, apesar dos sucessos do modelo multissetorial na governança da Internet e na construção de infraestrutura da Internet em todo o mundo, que procuramos abordar aqueles que não estão aqui na sala, e encontramos estratégias para trazê-los a bordo para que não é apenas aberto, mas é inclusivo. Acho que o participante do APNIC falou sobre isso e endosso seus comentários no painel anterior no que diz respeito

à tomada de medidas mais afirmativas, em vez de dizer que o processo está aberto. Então, eu só queria enfatizar esse ponto. Obrigado.

SUSAN CHALMERS: Obrigada. E, secretário Krishnan, gostaria de convidá-lo a compartilhar brevemente algumas observações sobre este painel de discussão antes de passarmos para nossa série de intervenções do plenário. Senhor secretário.

SHRI S. KRISHNAN: Obrigado. Existe o risco de fragmentação e a importância de manter um ecossistema único de Internet, acho que foi um elemento importante. Um ecossistema único de Internet que pode aumentar o alcance das pessoas que vivem em áreas remotas e vulneráveis. Acho que esse é outro elemento importante, a inclusão, incluindo todos os pilares do estado, do executivo, do legislativo e do judiciário dentro deste quadro de discussão em termos de múltiplas partes interessadas, acho que é uma conclusão importante. E a necessidade de construir uma coalizão global eficaz, o que a ICANN pode fazer e a forma como a própria estrutura da IETF trabalha com isso, acho que todas essas são conclusões importantes que vi na sessão a partir das contribuições de vários painelistas e especialistas que considero acho que serão as conclusões que teríamos. Obrigado.

SUSAN CHALMERS: Muito obrigada. Então agora vamos passar para a palavra onde teremos, creio, 12 intervenções. Esta é uma sessão popular. Se possível,

mantenha suas intervenções limitadas a dois minutos. E começaremos com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Sim por favor. Ouviremos o Sr. Marco Aleman, Diretor Geral Adjunto da OMPI. Por favor, a palavra é sua.

MARCO M. ALEMAN:

Obrigado, Sra. Presidente. Estou muito satisfeito por fazer parte desta reunião governamental de alto nível organizada pelo governo de Ruanda, o GAC e a ICANN para discutir questões de políticas públicas que são cruciais para a operação segura e estável do sistema de nomes de domínio e para a governança da Internet em geral. Hoje, as tecnologias digitais de uso geral, como a inteligência artificial, os grandes volumes de dados, a computação em nuvem e a Internet das Coisas, estão a liderar o caminho para o futuro da inovação. O crescimento dessas tecnologias supera em muito o das tecnologias inovadoras do passado. Os indicadores do progresso tecnológico no domínio da tecnologia da informação continuam a mostrar uma tendência muito positiva, à medida que a era digital e a profunda onda de inovação científica estão bem encaminhadas. Na verdade, a inovação global no relatório mostra que o crescimento de 70,5% da inovação empresarial em todo o mundo é impulsionado por software, serviços de TIC e hardware de TIC. Na verdade, a tecnologia informática emergiu como o futuro pedido de patente publicado com mais frequência em todo o mundo, representando cerca de 11% do total mundial. Mas permitam-me que me concentre também no tema desta sessão, principalmente na cooperação e na governança. Voltando ao início da Internet comercial, para abordar a tensão entre nomes de

domínio e marcas registradas, os estados membros da OMPI estão em conversações sobre um processo consultivo exaustivo que levou, em 1999, a um relatório que estabeleceu o modelo para a UDRP que conhecemos hoje.. A UDRP foi a primeira política de consenso adotada pela ICANN e resistiu ao teste do tempo. O número de nomes de domínio abrangidos por litígios geridos pela OMPI aproximou-se dos 130.000 nomes de domínio. Sua relevância não é apenas para domínios globais, mas agora também é usada por domínios de primeiro nível com código de país de 85 países e mais trabalhos estão em andamento para ajudar os registradores nesse esforço. O PNUD provou ser eficaz na abordagem do abuso de marcas registradas e na prevenção da confusão dos consumidores no ambiente online, que assume cada vez mais importância na economia digital atual. Mas a OMPI, enquanto Fórum Global para a Propriedade Intelectual, Políticas e Serviços Não-Definitivos, continua institucionalmente comprometida com o bom funcionamento da UDRP. Na verdade, no espírito da Secção 13 dos estatutos da ICANN, a OMPI está a realizar um processo consultivo, considerando cuidadosamente os 25 anos de jurisprudência e experiência operacional. Esperamos que o relatório deste processo consultivo informe as discussões políticas da ICANN sobre o futuro da UDRP. Muito obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Perfeito. Obrigado, OMPI. Do Bangladesh, o Sr. Zunaid Ahmed Palak, Ministro de Estado dos Correios, Telecomunicações e TIC.

KAZI MUSTAFIZUR RAHMAN: Ok. Sr. Palak, o ministro não está aqui. Em nome dele, entregarei minha parte. Muito obrigado pela sua maravilhosa moderação e obrigado aos painelistas. Eles mencionaram muitos desafios. Assim, enfrentar estes desafios exige uma abordagem multifacetada, incluindo a promoção da cooperação internacional, especialmente para enfrentar a fragmentação da Internet, requer um esforço concentrado. A este respeito, por parte de todas as partes interessadas, governo, empresas e sociedade civil, a cooperação internacional é crucial para harmonizar a regulamentação e as normas, garantindo que a Internet continue a ser um bem comum global e que continuemos a desfrutar da sua abertura. Se quisermos continuar com esta Internet estável, unida, integrada e aberta, precisamos de colaborar entre todos os principais intervenientes na operação e governação da Internet, incluindo a ICANN e a UIT, para abordar todos os aspectos jurídicos, técnicos e comerciais da fragmentação da Internet. Não podemos dar-nos ao luxo de fazer esforços de fragmentação e não podemos pensar que o que estamos a fazer na nossa jurisdição é suficientemente bom. Precisamos apenas abordar todos os aspectos ao mesmo tempo. Precisamos lembrar que o que acontece na superfície da internet afeta as raízes e vice-versa. Portanto, precisamos de uma colaboração forte, eficaz e regulatória entre os principais órgãos técnicos e de elaboração de políticas para utilizar o verdadeiro potencial e os modelos multissetoriais. Muito obrigado.

SUSAN CHALMERS: Obrigada, Bangladesh. Austrália, Christopher Ellinger, Alto Comissário Adjunto, Alto Comissariado Australiano.

CHRISTOPHER ELLINGER: Obrigado. Congratulo-me com a oportunidade apresentada hoje para discutir o compromisso da Austrália em apoiar o futuro da governação da Internet. Como outros já disseram, esta discussão é muito oportuna. A governação da Internet reflecte cada vez mais a evolução geopolítica e as diferenças ideológicas, sublinhando a necessidade de uma abordagem multilateral que impeça qualquer grupo de exercer influência indevida sobre o futuro da Internet. O valor de oportunidades como esta para um diálogo aberto e inclusivo não pode ser exagerado. Só através do diálogo e do compromisso de ouvir e aprender uns com os outros, com os governos, o setor tecnológico, a indústria, o meio académico e a sociedade civil, é que poderemos proteger e concretizar os benefícios do domínio digital. A próxima revisão da CMSI e da GDC tem o potencial de mudar o rumo para uma governação mais multilateral em alguns aspectos. De certa forma, é fácil explicar o porquê. A Internet deixou de ser um novo meio de comunicação para os académicos partilharem as suas pesquisas e passou a ser a rede que sustenta quase tudo o que fazemos na nossa vida quotidiana. Isso leva a muitos problemas complexos, numa escala diferente, com os quais todos temos de lidar, nenhum deles é fácil. Mas a falta de respostas fáceis é o melhor argumento para a abordagem multissetorial. Como dissemos na última sessão, há espaço para melhorar a abordagem multissetorial, mas nunca devemos esquecer que foi a abordagem multissetorial que nos trouxe até aqui e permitiu que a Internet se tornasse o serviço vital que é hoje. Não queremos perder esse dinamismo essencial. A revisão da WSIS+20 em 2025 será um marco importante para a governação digital, incluindo a renovação do

mandato do IGF e a reavaliação das 11 linhas de ação da WSIS. Gostaríamos de encorajar a comunidade multissetorial a identificar formas de apresentar uma voz harmonizada, um consenso aproximado para ajudar os governos a aproveitar as perspectivas e conhecimentos da comunidade. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Obrigada, Austrália. Da China, o Sr. Kai Chen, Diretor Geral Adjunto, Departamento de Administração de Informação e Comunicações, Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação.

KAI CHEN:

Obrigado. Sou Chen Kai, represento a China do Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação. É um grande prazer estar na pitoresca e deslumbrante Ruanda participando desta reunião intergovernamental de alto nível. Reunimo-nos aqui para discutir questões relacionadas com a cooperação e governação da Internet. Estendo minha gratidão ao anfitrião pelos esforços. Apreciamos os esforços contínuos da ICANN para promover a internacionalização, garantindo a participação equitativa de todos os países e das partes interessadas na definição de papéis globais. Elogiamos o compromisso da ICANN com a transparência e a responsabilidade na governança e no gerenciamento da zona raiz, bem como o seu papel ativo na manutenção de uma Internet global unificada, aberta e interconectada. O Presidente Xi Jinping enfatizou que o ciberespaço é um espaço partilhado pela humanidade e o seu futuro deve ser moldado coletivamente pelas nações de todo o mundo. Para fazer avançar as reformas na governação

global da Internet, devemos aderir aos quatro princípios: respeitar a soberania cibernética, manter a paz e a segurança, promover a cooperação aberta e estabelecer uma ordem sólida. A China apoia a participação multilateral e multilateral na governação internacional da Internet, permitindo que todos os países se envolvam igualmente na definição da ordem internacional e das regras que regem o ciberespaço através de mecanismos e plataformas internacionais. Além disso, as organizações internacionais, as empresas internacionais de Internet, as comunidades técnicas, a sociedade civil e os cidadãos individuais devem todos desempenhar o seu papel. Reconhecendo os diferentes níveis de desenvolvimento da Internet e abordagens de governança em diferentes países e regiões do mundo, instamos a ICANN a considerar e atender às aspirações dos países em desenvolvimento durante a nova rodada de aberturas de gTLDs e nomeações pessoais, fornecendo mais apoio político aos países em desenvolvimento que promovem a Internet. desenvolvimento nestas regiões.

SUSAN CHALMERS:

Muito obrigada, China. Do Japão, Sr. Eigo Nomura, Diretor Geral de Assuntos Internacionais, Gabinete de Estratégia Global, Ministério de Assuntos Internos e Comunicação.

EIGO NOMURA:

Obrigado, Presidente, por esta oportunidade. Todos nós conhecemos o tremendo benefício trazido pela internet. Nesta situação, o Japão sublinha a importância da abordagem multissetorial para a governação da Internet. Esta seria a chave para sustentar o desenvolvimento da

Internet e da sua comunidade. O Japão continua a apoiar esta abordagem, e isso inclui o nosso apoio às atividades da ICANN, conforme mencionado anteriormente. No ano passado, o Japão sediou o IGF em Kyoto. Felizmente, o evento foi um grande sucesso. Aproximadamente mais de 6.000 pessoas compareceram ao local, e isso fez um recorde no IGF. Claro, estamos orgulhosos da qualidade das sessões. Obrigado novamente por sua participação, contribuição e apoio ao evento. No IGF, o Primeiro-Ministro Kishida afirmou, em primeiro lugar, que a Internet é importante como alicerce da sociedade democrática. Em segundo lugar, é essencial uma Internet livre e não fragmentada. Em terceiro lugar, o Japão continuará a apoiar e a comprometer-se com a governação da Internet por parte de múltiplas partes interessadas, incluindo a abordagem dos aspectos negativos, a fim de maximizar os benefícios da Internet. O Japão presidiu o G7 no ano passado. Em seguida, os ministros do G7 reuniram-se e discutiram a governação da Internet. A declaração ministerial poupa oito parágrafos sobre a governação da Internet, o que mostra a importância que esta questão tem para nós. Como anexo desta declaração, os ministros aprovaram a ação do G7. Os ministros estão empenhados em trabalhar em conjunto com todas as partes interessadas para contribuir para o Pacto Digital Global da ONU, GDC, para encorajar, reforçar, desenvolver e contribuir para o sucesso do processo IGF e UISIS. No que diz respeito ao GDC da ONU, o Japão forneceu vários contributos através do seu processo de circulação preliminar. A nossa contribuição inclui, em primeiro lugar, a importância de uma abordagem multissetorial, particularmente a da comunidade técnica. Em segundo lugar, excluir duplicações entre a GDC e as iniciativas

organizacionais existentes, como a IGF e a WSIS. Por último, mas não menos importante, o Japão promete uma contribuição contínua para as atividades da ICANN e para o desenvolvimento futuro da Internet. Obrigado.

SUSAN CHALMERS: Obrigada, Japão. Dos Países Baixos, Sr. Jos De Groot, Vice-Diretor Geral de Economia e Digitalização, Ministério de Assuntos Econômicos e Política Climática.

JOS DE GROOT: Obrigado, presidente. Começamos por agradecer ao governo do Ruanda por acolher esta importante reunião de governação de alto nível. Enfatiza a importância do tema, mas também reafirma que, no modelo multissetorial de governação da Internet, os governos têm um papel importante a desempenhar. Os Países Baixos sempre foram e continuam a ser um forte apoiante do modelo multissetorial para a governação da Internet. O enorme crescimento e o sucesso contínuo da Internet globalmente conectada são uma prova do sucesso deste modelo, um modelo que tem a cooperação no seu coração. A Internet, desde o seu início, tem sido uma história de cooperação, começando por ligar as redes de universidades e crescendo ao adicionar cada vez mais partes diversas, desde entidades comerciais a pequenas redes comunitárias e sistemas governamentais. Segue-se naturalmente que a única forma de governar um ecossistema tão complexo e diversificado exige a cooperação entre todas as diferentes partes. É aí que reside o seu primeiro desafio. Com tantos intervenientes diferentes

envolvidos, cada um com os seus próprios objetivos e ideias, encontrar consenso pode ser difícil e muitas vezes leva muito tempo. É fácil criticar a forma como trabalhamos, mas devemos estar orgulhosos do que foi alcançado aqui na ICANN e em outras instituições multissetoriais de governança da Internet. Confio que a mesma forma de cooperação também encontrará soluções para os desafios que temos pela frente. Comecei referindo-me ao papel dos governos no modelo multissetorial de governança da Internet, mas não termina aí. Especialmente como governos, também temos um papel importante fora do modelo multissetorial. Precisamos encorajar outros a participarem do diálogo, como aqui na ICANN e no Fórum de Governança da Internet. E, claro, é nosso dever colectivo proteger o modelo multissetorial e as suas instituições estabelecidas. Devemos também praticar o que pregamos, conforme acordado durante a WSIS. Em 2005, concordámos que o modelo multilateral de governação da Internet é a melhor forma de cooperar e de gerir o núcleo público da Internet. Agora que estamos a olhar para a revisão de 20 anos do acordo WSIS, precisamos de defender o sucesso que todos temos em garantir que a Internet continue a ser uma rede global única, ou como diz a ICANN, Um Mundo, Uma Internet. Isto também requer cooperação, não só entre nós a nível internacional, mas também a nível nacional. Precisamos de cooperar com colegas de outros departamentos e nas nossas missões permanentes em Nova Iorque e Genebra. Colegas que talvez não estejam tão familiarizados com a forma única como a governança do núcleo público da Internet é organizada. Por fim, também gosto de nos apelar para garantir que, onde houver múltiplas instituições e organizações internacionais envolvidas, precisamos criar

um ambiente colaborativo próximo à missão da ICANN. Precisamos de cooperar para garantir que todos possam ligar-se à Internet na sua própria língua e nos seus próprios scripts. É necessário procurar a cooperação entre registos e agentes de registo, mas também os fornecedores de software e os navegadores têm um papel a desempenhar. Felizmente, a ICANN também interveio na ligação dos desconectados e na cooperação com outras instituições importantes da Internet na Coligação para a África Digital. Ainda temos muito trabalho a fazer para colocar todas as pessoas online até 2030. Espero que consigamos superar o desafio linguístico e trazer todas as pessoas para o mundo digital. Juntos, conseguimos superar muitos desafios nos últimos 25 anos na ICANN e na ampla comunidade multissetorial. Portanto, vamos cooperar para defender esta missão de um mundo, uma Internet para todos. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Obrigada da Holanda. E do Reino Unido, Sr. Paul Gaskell.

PAUL GASKELL:

Fico feliz em continuar. Compreendo que o tempo está apertado. Então, vejamos, falamos esta manhã sobre a importância do sistema multissetorial global para a governança da Internet e o papel da ICANN nisso. 2025 será um ano crucial, com a revisão da WSIS+20 a aproximar-se rapidamente com duas questões cruciais. Em primeiro lugar, é uma oportunidade fundamental para considerar como a WSIS pode contribuir positivamente para a agenda de desenvolvimento sustentável de 2030. E também deveríamos ver a reafirmação da

agenda de Tunes que sustenta uma Internet livre, aberta e segura. Quando vou às reuniões da UIT, do IGF e de outros, muitas das mesmas mensagens são transmitidas. Uma delas é sobre a importância da participação multilateral na governação da Internet, incluindo especialmente os países em desenvolvimento. Uma delas é a importância do desenvolvimento de políticas no espírito de consenso. E uma delas é sobre a importância de priorizar o fornecimento de conectividade significativa em todo o mundo. No entanto, o progresso parece lento. Nem sempre é claro que os organismos da ONU e outros organismos internacionais estão a avançar na mesma direção. Acho que também há espaço para organizações técnicas que cobrem a governança da Internet, ICANN, Internet Society, Registros Regionais da Internet, IETF, desenvolverem um melhor processo de coordenação técnica estratégica, talvez. Eu também apontaria outros fóruns que poderíamos usar. Assim, por exemplo, a Comunidade. Temos a Organização de Telecomunicações da Commonwealth, um agradecimento a Bernadette Lewis, nossa secretária-geral, que está aqui hoje. Também temos um grupo da Commonwealth ITU, por exemplo, que poderia ser um órgão. Desta forma, poderíamos talvez responder à questão colocada pela Senadora Mumma quando disse: o que significa realmente a inclusão na prática para o mundo em desenvolvimento? Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Obrigada. Temos nove minutos restantes e quatro intervenções. Acredito que podemos fazer isso. Então, vamos na ordem da França, do

Brasil, da Comissão Europeia e, finalmente, da Indonésia. Apresente-se, por favor. Começamos pela França.

PIERRE BONIS:

Muito obrigado, Sra. Presidente. Vou falar em francês. Muito obrigado por... Devo me apresentar? Pierre Bonis, represento aqui o governo francês e sou o Diretor Geral do. fr, o ccTLD francês. Obrigado por este excelente debate. Obrigado por todos os palestrantes. A França acredita que em termos de pactos de Internet, a cooperação é essencial entre as diferentes organizações, seja ela técnica, política, internacional, etc. Esta cooperação deve ser reforçada entre organizações multilaterais e outras organizações, e essa é uma abordagem necessária. Como nos lembrou o Secretário-Geral da UIT, a cooperação entre a UIT e a ICANN é essencial. Não esqueçamos a importância do papel da UNESCO também na realização de uma Internet totalmente inclusiva, onde a diversidade, onde a linguística cultural deve ser promovida. Como Jevtovic nos lembrou, os compromissos da WSIS devem ser tidos em conta, o mesmo para a agenda de Túnis, e isso só pode ser eficiente se a abordagem for verdadeiramente multilateral. Gostaria de terminar ilustrando esta abordagem felicitando a iniciativa, Tripta Sinha pela sua iniciativa, a Coligação para a África Digital, que reúne diferentes stakeholders das comunidades técnicas, da comunidade internacional, e que basicamente cria uma rede de pares que dá valor à cooperação, porque é feita entre colegas. E gostaria simplesmente de felicitá-lo por esta iniciativa, que acredito que deverá inspirar outras iniciativas

semelhantes para promover a cooperação na governança da Internet. Muito obrigado.

ARTUR COIMBRA:

Bom dia a todos. O meu nome é Artur Coimbra. Sou comissário da ANATEL, Reguladora Brasileira de Telecomunicações, e também membro do conselho do Comitê Gestor da Internet no Brasil. É um prazer representar o Brasil neste importante evento, gentilmente organizado pelo governo de Ruanda. Estamos muito gratos por isso. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para levantar alguns temas importantes sobre a governança global da Internet e os desafios que todos enfrentamos. Estamos no meio de múltiplos processos, eventos e fóruns concorrentes, todos eles de grande importância para o futuro do nosso ecossistema. Nesse sentido, o Brasil, o Comitê Gestor da Internet no Brasil e diversas organizações e indivíduos parceiros adaptaram o evento NETmundial+10 realizado no Brasil até o final de abril. O NETmundial+10 obteve uma conquista fundamental em termos de produção de diretrizes úteis para processos multissetoriais em todos os níveis. Acreditamos que o evento foi capaz de produzir um resultado concreto com uma orientação clara para o que almejamos, promovendo práticas, metodologias e mecanismos multissetoriais para diferentes espaços relevantes em toda a governança da Internet e nos processos de política digital. A declaração final vai ainda mais longe, pois envia mensagens concretas a todos os processos relevantes, como o Fórum de Governança da Internet, o Pacto Digital Global e a revisão WSIS+20, colocando em termos muito concretos mensagens importantes como a centralidade do IGF, o risco de

sobreposição e duplicação dentro do ecossistema digital, o apelo por uma participação mais diversificada e significativa na tomada de decisões, etc. Para aqueles que não tiveram oportunidade, convido-os a ler a declaração final que está publicada no site do NETmundial e ajude-nos a divulgar os resultados. Agradecemos muito todos os comentários feitos desde o evento no Brasil, pois são de grande importância para a consolidação dos resultados. Agradeço também a oportunidade de falar aqui sobre o NETmundial+10, principalmente pela presença de tantos bons parceiros que ajudaram durante todo o processo, incluindo a ICANN que deu suporte essencial ao evento de diversas maneiras. Muito obrigado.

SUSAN CHALMERS: Obrigada. Comissão Europeia.

PEARSE O'DONOHUE: Obrigado. Pierce O'Donohue novamente, Diretor do TG Connect, Comissão Europeia. Eu começaria talvez parabenizando nossos colegas brasileiros, mas também a comunidade multissetorial brasileira por seu papel no NETmundial e nos dando um excelente exemplo de como a comunidade multissetorial pode responder de maneira ad hoc para enfrentar os desafios atuais. Como acaba de ser dito, os próximos 18 meses são extremamente importantes para o futuro da Internet global com esses processos sobrepostos. Mas garantir que os resultados desses processos sejam coerentes e melhorem a coerência e a cooperação, evitando ao mesmo tempo sobreposições ou duplicações, não será fácil. E a complexa relação

entre a GDC e a WSIS+20 exige uma navegação cuidadosa, uma vez que, pela sua natureza mais ampla, a GDC poderia, de certa forma, canibalizar o processo da WSIS+20, o que comprometeria o processo multilateral. Portanto, permitam-me sublinhar que, quando falamos nestes termos, vemos claramente que precisamos de rever e renovar o mandato do IGF. É necessário aumentar a sua influência e eficácia, mas melhorá-la para que possa alargar e aprofundar o alcance das partes interessadas em termos de envolvimento, mas também concentrar-se em desenvolvimentos novos e desafiantes na tecnologia. Assim, o projeto do GDC precisa de garantir um diálogo inclusivo e diversas perspectivas e necessidades globais. E a solução não é criar mais instituições ou processos. Partilhamos as preocupações expressas sobre o potencial de duplicação dos esforços existentes, o que poderia afectar os mandatos das instituições existentes. Agora, isso não significa negar a necessidade de cooperação e coerência, das quais estamos falando nesta sessão. Apoiamos totalmente o foco do GDC no revigoramento dos esforços rumo aos ODS e no aproveitamento do poder das tecnologias digitais. Mas o caminho óbvio é fortalecer o processo multilateral no âmbito da WSIS+20. E isso, claro, também permite que os governos desempenhem plenamente o seu papel em termos de implantação de infraestruturas, desenvolvimento digital e segurança cibernética. Assim, pensamos que deveríamos trabalhar para reforçar as capacidades e recursos existentes através da inovação e do envolvimento das partes interessadas, em vez de criar novos mecanismos e entidades. Obrigado.

SUSAN CHALMERS: Obrigada. E para a nossa última intervenção, Indonésia, por favor.

ASHWIN SASONGKO SASTROSUBROTO: Obrigado. Meu nome é Ashwin Sasongko, do Conselho Nacional de TIC da Indonésia e também membro do GAC da Indonésia. Obrigado. Em primeiro lugar, obrigado ao nosso amigo governo do Ruanda por nos permitir realizar uma reunião aqui. E também, pessoalmente, gosto muito de ver Kigali limpa, a cidade limpa de Kigali. Para essas corporações governamentais, gostaria de levantar vários itens. Em primeiro lugar, até agora, realizamos diversas capacitações para os membros do GAC. Penso que para melhorar a governação da Internet, também é necessário desenvolver capacidades mais no aspecto técnico. Por exemplo, em IPv6, número AS, solicitação de comentários, DNS protegido, DNS, até mesmo para o padrão de segurança ISO IEC como 27001 e assim por diante. Em seguida, uma vez que existem muitos conteúdos e aplicações na Internet, é por isso que legal em alguns países pode ser ilegal para outros países. Assim, espera-se que todos os países possam considerar apoiar-se mutuamente para que este tipo de conteúdos ilegais possa ser evitado a entrar em países que consideram esses conteúdos ilegais. Assim, na ausência de governação global na Internet, penso que é isto que podemos fazer neste momento. Isto foi discutido no IGF 2013 em Bali, governança da Internet baseada na ética cibernética. Espero que isto possa ser reorganizado e rediscutido novamente sobre como melhorar a governação da Internet. Por fim, gostaria de informar que a ICANN Ásia-Pacífico e a operadora de DNS da Indonésia sediarão conjuntamente o fórum de DNS da APAC Ásia-Pacífico nos dias 23 e 24 de julho, em Bali. Agradeceremos se a

equipe relacionada do seu país puder participar da reunião em Bali no próximo mês de julho. Obrigado.

SUSAN CHALMERS:

Obrigada. Obrigado aos nossos colegas da equipe de envolvimento do governo por organizarem nossa sessão. Obrigado aos nossos ilustres painelistas pessoalmente e remotamente. E obrigado a todos os nossos colegas que intervieram do plenário. Isso conclui a segunda sessão. Aproveite seu almoço.